TEXTO E DISCURSO: OS PROCESSOS DE DESVENDAMENTO INFERENCIAL

Maria Aparecida Lino PAULIUKONIS (UFRJ) ¹

RESUMO: Análise de inferências em textos com o objetivo de demonstrar que todo sentido, mesmo o literal, inclui informações implícitas em diferentes graus de explicitude. O ato de compreensão desses enunciados envolve vários processos inferenciais, o que significa dizer que o leitor crítico deve estar atento não só às questões de ordem lógica como também às questões discursivas e ou retórico-argumentativas que ocorrem nos diversos gêneros de textos e que são fundamentais para a construção do sentido de um texto.

Palavras-chave: inferência, operações implícitas e interpretação de texto.

ABSTRACT: Analysis of inferences in texts, with the objective of demonstrating that the sense, even the literal one, is implicit in the discourse in different degrees. The comprehension of these texts indicates inferential operations, what it means that the reader must attend to the logical questions and to the discursive or argumentative ones in different kinds of texts and that they are important to the construction of the sense of a text.

Keywords: Inferences, implicit operations and text interpretation.

1. Introdução

Este trabalho objetiva analisar marcas enunciativas do texto que ora confirmam o “dito”, ou as informações explicitamente enunciadas, ora apontam para outras que ficam subentendidas ou pressupostas; todos esses processos contribuem para a significação do enunciado como um todo. Em todos os atos interativos, que se processam por meio de diferentes gêneros textuais, os inter-agentes necessitam fazer suposições para desvendar diferentes graus de implícitos nas seqüências lingüísticas. Esse preenchimento das lacunas no sentido do texto é realizado por meio de operações, com base tanto em dados expressos lingüisticamente, quanto nos que estão implicitados no discurso.

Aceitando-se, como ponto de partida, a idéia de que na construção de qualquer enunciado estão presentes termos que orientam a construção dos sentidos, pretende-se analisar como se dá o desvendamento inferencial do sentido de certos elementos discursivos presentes ou não no texto. Nesse processo, consideram-se os implícitos recuperados lingüisticamente, isto é, a partir de certas palavras ou expressões contidas no enunciado, e os que dependem de informações contextuais. Neste caso, estão os implícitos sobredeterminados pela situação e por um “contrato” comunicativo, que se fundamenta em princípios e restrições dos diversos gêneros discursivos e das condições sociais em que se dá o ato interativo.

Tais implícitos contextuais são identificados por meio do reconhecimento dos principais *lugares* ou os *topoi* estabelecidos socialmente e detectados por operações inferenciais que são de base tanto cognitiva como sociodiscursiva. Essas operações recobrem um conjunto de premissas e presunções em relação ao mundo compartilhado, sem as quais os processos de leitura e de interpretação não podem ser realizados de forma satisfatória, uma vez que não se pode ignorar a situação de interlocução em que se dá qualquer discurso.

Tendo como uma das preocupações o ensino da leitura de implícitos textuais e a formação do leitor crítico, este trabalho busca focar o desenvolvimento do raciocínio a partir de inferências lógicas ou de pressupostos lingüísticos e de inferências discursivas ou situacionais, também conhecidos por subentendidos, como foi tratado por Kerbrat – Orecchioni (1986) e retomado com aplicações a textos por Angelim (2003).

Sabe-se que a linguagem humana não objetiva apenas a uma tradução direta do real, mas é o lugar de sua transformação no mundo significado discursivamente, o que se faz por meio de interações sociais, constituição de identidades e negociação de sentidos do texto e tudo isso com a participação ativa dos interlocutores. Nesse sentido, todo processo de leitura pressupõe uma troca de informações, uma interação por intermédio de operações estratégicas usadas para a decifração de conteúdos implicitados.

Para que se tenha um leitor mais crítico e eficiente, em termos de competência nos diversos níveis de leitura, é preciso sensibilizá-lo para o fato de que todo sentido mesmo o literal, inclui informações

¹ E-MAIL: aparecidalino@gmail.com

apresentadas em diferentes graus de implicitude. Uma leitura consciente verifica que todo texto pode dizer mais coisas do que parece estar dizendo e que, além do que está expresso na superfície, há dados que estão subentendidos ou pressupostos; em suma, deve se ler tanto nas linhas como também nas entrelinhas. Todo o trabalho de interpretação de um texto passa também pela descodificação desses implícitos textuais, que não podem passar despercebidos, com sua gama de significados importantes, a um leitor perspicaz.

2. Implícitos pressupostos

Podem ser consideradas implícitas todas as informações veiculadas sem que o falante precise se comprometer com sua *verdade* diretamente; as que se baseiam em informações recuperadas lingüisticamente constituem os *pressupostos* e as que estão relacionados ao contexto e à situação *são os chamados subentendidos*.

As informações pressupostas que se baseiam em informações recuperadas lingüisticamente não podem ser negadas pelo emissor e nem desconsideradas pelo interpretante de um texto, pois estão inseridas na própria língua; por isso é fundamental que sejam *verdadeiras*, porque é a partir delas que se constroem as argumentações; se forem falsas, todo o raciocínio decorrente delas também será.

Ducrot (1981: 239), ao comentar como se processam os fenômenos lógicos da Semântica Lingüística, chama a atenção para as relações entre valores de verdade, de ordem paradigmática, como as que ocorrem nos enunciados:

-*Porque se envenenou com cicuta, morreu rapidamente.* Nesse caso, há uma implicação lógica: *Se tomar veneno, morre.*

- *Pedro está com cachumba. Pedro está doente.*

O ato de compreensão/interpretação desses enunciados inclui considerar como verdadeiras tanto as causas quanto suas conseqüências, relações de ordem lógica que pertencem às ocorrências do enunciado em qualquer situação. Esses casos se aproximam do processo de acarretamento da informação, o qual é válido para as relações de sentido entre hiperônimos e hipônimos, por exemplo, como se pode ver em:

“- *Na feira, comprei melão e abacaxi, mas achei as demais frutas muito caras.*”

Admitir o primeiro enunciado sem admitir o segundo é ignorar a própria lógica da língua. Mais recentemente, no entanto, Ducrot (1998) tem analisado a questão do valor de verdade do enunciados, o caráter referencial da linguagem, o tipo de inferência que se faz na língua, e tem admitido, por meio da sua Teoria dos *Topoi*, que há sentidos lexicais que não estão definidos apenas referencialmente. O Autor apresenta sua teoria como um modelo alternativo a uma semântica baseada no conceito de condições de verdade. Entende os *topoi* como relações complexas e como fonte de discursos, ou de possibilidades discursivas que comandam uma progressão de sentidos.

Nesse caso, pode-se afirmar que os enunciados encadeiam-se pelo menos, por meio de duas formas: uma inferencial lógica e outra, inferencial discursiva, desdobrando-se o raciocínio em mais de uma fonte: um tipo de raciocínio que se aproxima do científico, no sentido lógico da demonstração e que, segundo sua visão argumentativa da língua, não pertence à língua natural, embora seja construída com as palavras da língua natural e outro tipo ligado aos *topoi*, às crenças, aos valores, aos *topoi* intrínsecos – que pertencem ao próprio sentido da palavra- e aos extrínsecos – devido a certas contingências históricas; sempre haverá, portanto, um princípio demonstrativo e um outro argumentativo ou retórico, de cunho apreciativo. O primeiro encadeia-se com o raciocínio lógico e o segundo, com o princípio da valoração; na análise desses casos, torna-se necessário adicionar ao âmbito do lingüístico e do lógico o campo da Retórica ou o do discurso.

A seguir, como esses conceitos sobre raciocínios pressupostos ficam mais claros a partir de exemplos:

Ao se dizer: *Patrícia não mora mais no Rio, ela agora reside em Paris*, afirma-se que ela já morou no Rio e hoje reside na Europa. Tais conteúdos estão marcados pelos indicadores lingüísticos: *não mora mais e agora está residindo em Paris* - que são recuperados a partir de componentes dados no enunciado. Como sabemos também que Paris é capital da França, país europeu, deduz-se que Patrícia mora hoje na Europa. Estamos diante de implícitos lingüísticos ou semânticos, os chamados pressupostos.

No exemplo dado: *Meu carro nunca mais falhou depois que o mecânico fez uma revisão geral*, supõe-se que ele já estava falhando e, mesmo que se negue a informação dada: *o carro não parou de falhar, com a revisão mecânica*, não se pode negar que já havia esse defeito anterior, isto é, quando um certo conteúdo está presente tanto na sentença informativa como em sua negação, dizemos que há uma pressuposição. Também ocorrem pressupostos nos casos de acarretamento, em que a verdade de uma sentença implica a verdade de outra, que está nela implícita. Se digo que *o sabiá fugiu da gaiola*, tenho que aceitar como

verdade que ele é um pássaro; no caso da afirmação: *ele se casou*, tal pessoa não pode mais ser considerada solteira ou disponível para se casar.

Ao lermos a seguinte notícia de jornal: “*Todos estiveram presentes no enterro do bombeiro, até o prefeito e o governador do Estado*”, está implícita a idéia de que o enterro foi um evento importante (a presença das autoridades pressupõe isso). Essa idéia pode ser ainda reforçada por informações recuperadas a partir também da situação em que ocorreu o fato, ou seja, imagine-se que o bombeiro tenha morrido heroicamente, tentando salvar os habitantes de um prédio em chamas. Dessa forma justifica-se o uso da expressão *até o prefeito e o governador*, por serem pessoas ilustres o que não se espera em qualquer acontecimento. No caso dado, a situação ou o *subentendido* não foram expressos, mas sua implicitude no texto funciona como um reforço argumentativo para a tese defendida pelo jornalista. Numa argumentação concorrem freqüentemente tanto os elementos pressupostos quanto os que estão subentendidos.

3. Implícitos subentendidos

Implícitos subentendidos são informações que não estão marcadas lingüisticamente, mas encontram-se “insinuadas” por trás de uma afirmação e podem ser recuperadas a partir da análise da enunciação de um texto. Já vimos essa recuperação de sentido no exemplo anterior, ao tentarmos justificar a expressão *até o governador*, pela possibilidade de que o bombeiro tenha morrido heroicamente e a presença de uma autoridade maior vem confirmar esse raciocínio.

As mensagens lingüísticas comportam, assim, implícitos que não podem ser previstos apenas com base no sentido literal ou no reconhecimento da estrutura lingüística. Eles só podem ser entendidos por um trabalho de conjectura, a partir da análise de uma avaliação global da situação comunicativa, em que o ouvinte tenta recuperar a intenção do falante a partir de dados circunstanciais. Essas mensagens são tidas como indiretas, o que permite ao ouvinte indagar: *o que será que se quis dizer com isso?*

Suponhamos que alguém chegue a um escritório no centro da cidade, em pleno inverno e a pessoa o receba com o ar refrigerado no máximo; se o visitante disser:

“– *Está frio demais aqui, não ?*”

Pode-se concluir que ele não está querendo apenas fazer um comentário, mas um pedido para que desligue o ar, ou que diminua a refrigeração. O evento situacional é que vai determinar esse raciocínio.

Mas a outra pessoa pode também retrucar: “- Não acho que esteja tão frio assim, você é muito friorento...” Ou seja, a polêmica pode ser instaurada, nesse momento, mas o visitante pode ignorar toda essa inferência contestatória e dizer:

“– *Não estou pedindo que você desligue o ar, estou mesmo de saída.*”

Há uma diferença básica entre os dois tipos de raciocínio de que se está tratando aqui. Enquanto nos pressupostos a informação é estabelecida como indiscutível, portanto não pode ser negada e serve de base para uma posterior argumentação, nos subentendidos, há somente raciocínios indiretos, que podem não ser aceitos ou reconhecidos pelo ouvinte. Enfim, conclui-se que se podem negar os subentendidos, enquanto que não se negam os pressupostos.

Assim, o enunciador pode se esquivar de reconhecer um subentendido, que é da responsabilidade do ouvinte, e se proteger, fingir que não reconhece a conclusão a que chegou seu interlocutor, como fez o visitante mencionado, ao negar que estava querendo dizer o que seu amigo depreendeu. Trata-se de uma estratégia muito importante de raciocínio argumentativo, cuja decodificação mostra-se atuante em todo o processo de leitura e de interpretação.

Vejamos mais alguns exemplos que ilustram o raciocínio baseado em subentendidos:

No exemplo analisado para ilustrar o pressuposto, sobre a atual residência de Patrícia em Paris, ao se indagar: “– *Patrícia virá à formatura do irmão?*”, uma resposta como “– *Patrícia já não mora mais no Rio, reside em Paris*” pode levar à conclusão de que ela não poderá estar presente à cerimônia. Mas esse raciocínio pode ser descartado pelo enunciador, ao acrescentar: “*Mas ela virá, com certeza, não perderá a festa, por nada e, além disso, é muito ligada ao irmão*”. Como se nota uma conclusão baseada em um raciocínio subentendido pode ser descartada, ao contrário do que está previsto para o pressuposto.

Diante da seguinte pergunta de um amigo a outro:

- *Vai a minha festa?*

Uma resposta como:

- *A minha mãe está doente* – pode levar à conclusão de que ele não aceitou o convite.

Como o amigo não respondeu à pergunta, mas apresentou um motivo para não ir, já que ele sinaliza que tem que cuidar da mãe, pressupõe-se que sua resposta é negativa. Sua fala torna-se assim um indício que encaminha para uma determinada conclusão pressuposta. Mas suponhamos que o amigo conheça a real situação e acrescente: “– Sua mãe está sempre com uma acompanhante, por isso acho que você deveria ir a minha festa.”. Nesse caso, o discurso está sendo refutado com o acréscimo de um outro argumento: “– Sua mãe está doente, sim, mas hoje ela está com uma acompanhante e você poderá ir....” Logo, o contexto dado é que vai definir o sentido que está contextualizado, portanto.

Observem-se, a seguir, algumas outras situações em que há implícitos que correspondem a “transgressões” às chamadas leis do discurso.

A compreensão de uma transgressão de uma lei do discurso corresponde ao subentendido em sentido estrito e, como tal, permite que se perceba uma intencionalidade clara. Se o sujeito A transgredir uma lei, ele deixa claro que sua intenção é fazer com que o Outro tire uma inferência derivada da nova situação em que se encontram.

Quando alguém diz “–*A sopa está sem sal!*” indiretamente está pedindo mais sal para a sopa. Mas, ao receber de volta uma informação como essa: “–*Dr. Jorge, seu cardiologista, vai ficar feliz com esta notícia*”, isso já indica uma negativa de colocar mais sal na sopa, pois se sinaliza que a pessoa tem problemas em ingerir sal, mas essas conclusões derivam de insinuações, de indícios e podem ser refutados pelo outro como argumento definitivo.

Angelim (2003:18) cita o caso de alguém que pede a indicação de um bom médico cirurgião e recebe como resposta:

“–*Meu amigo João teve um aneurisma e a Dra Maria Clara cuidou muito bem dele*”, o que pode ser um indício para a recomendação da médica.

Se fosse o contrário, o de que o amigo morreu durante a operação, o fato mencionado já poderia levar à conclusão de que ele não a estava recomendando.

Segue-se ainda outra situação, que indica como se dá esse processo de descomprometimento que ocorre com a manipulação dos subentendidos, já que esse tipo de implícito não garante uma única direção de raciocínio: quando se pergunta a alguém se ele gostou de morar em São Paulo, por exemplo, e ele responde que viveu quase que a vida toda no Rio, desviando-se assim da resposta, pode-se induzir o outro a procurar um conteúdo inferencial *implícito* em suas palavras: o de que ele não gostou de ter morado em São Paulo e sim no Rio, por exemplo. Por outro lado, pode haver uma outra conclusão a que o interlocutor quer chegar e, nesse caso, apenas pode estar querendo comparar o Rio a São Paulo e elogiar esta cidade em detrimento daquela, por exemplo. “– *Você sabe que eu sempre morei no Rio, mas agora estou adorando São Paulo*”. Em suma, o enunciado subentendido sugere mas não diz e, muitas vezes, o raciocínio precisa ser explicitado.

A esse respeito, uma questão pode ser colocada: Os implícitos podem ser caracterizados, mesmo sabendo-se que dependem de circunstâncias contextuais específicas? Ou ainda: como caracterizar então os subentendidos?

Segundo Platão & Fiorin, (1997), o subentendido possui três características:

1. depreende-se sempre a partir de um contexto particular;
2. decifra-se segundo um cálculo ou inferência do interpretante;
3. o próprio enunciador pode, a qualquer momento, ignorar ou negar o raciocínio subentendido feito pelo interlocutor e buscar se refugiar no sentido literal do enunciado.

Como decorrência dessa estratégia própria da construção do sentido e onde se pode dizer mais ou menos do que está explícito, estar além ou aquém dos enunciados, é que o enunciador de um texto pode sempre *dar* ou *deixar a entender* alguma coisa a mais, mesmo que esta não seja sua primeira intenção consciente. E, por esse mesmo motivo, pode também negá-la simplesmente, como mais uma estratégia, no momento de interlocução.

Outro exemplo de subentendido pode apontar para mais de um sentido de base inferencial. Em uma conversa, alguém, ao dizer que morou dez anos na Inglaterra, pode estar querendo insinuar que fala inglês fluentemente, que conhece bem os ingleses, ou uma série de outras conclusões todas possíveis; mas também pode não estar querendo insinuar nada disso, a pessoa apenas quer informar que agora está muito feliz de poder voltar a viver no seu país e que não quer saber mais de se afastar daqui. Se o interlocutor inferiu que ele quis se gabar de seu inglês fluente, por exemplo, essa é apenas uma inferência da situação e pode não ser essa a intenção principal que pode dar continuidade à conversa.

Por outro lado, pode haver o caso em que o enunciador pode *dar a entender* intencionalmente e, nesse caso, ele permite que o ouvinte tire uma conclusão por meio de inferências da situação. Nesses casos, pode haver até uma transgressão à lógica e isso também é significativo em um texto, em uma interação.

Como se está observando, estamos diante de implícitos cujos sentidos dependem de interpretação das circunstâncias contextuais, feita pelos interlocutores em ação. Esses implícitos subentendidos são de ordem pragmática ou situacional e não lingüísticas apenas.

Partindo-se do princípio de que a Língua não encadeia enunciados apenas com a forma lógica e que há, portanto, inúmeros outros casos de inferências discursivas ou pragmáticas, envolvendo questões de ordem discursivo-argumentativa, os enunciados passam a se situar na ordem do valorativo e em relação com as questões de inter-subjetividade.

Considerar a existência de um raciocínio discursivo impõe como contrapartida pressupor uma análise do discurso, de cunho interacional que leva em consideração a dinâmica do contexto situacional, os atores da enunciação, respaldados em um *contrato comunicativo*, atuando em uma determinada cena enunciativa; nesse sentido, a análise de texto passa a ser vista como análise de discurso com uma visão comunicacional como é apresentada pela Teoria Semiolingüística (Charaudeau, 1992) segundo a qual a conceituação de texto como atuação dos mecanismos produtores de sentido discursivo, sempre derivada da forma e do sentido, considerados em determinada situação.

Assim, quando o compositor diz em sua composição: “*Eu não presto, mas eu te amo*”, obviamente, o enunciado da segunda oração não se encadeia em contraste direto com o enunciado da primeira, mas com uma conclusão implícita que é derivada de uma inferência lógica: *Se não presto*, logo, está implícito que não sou um *par perfeito, não sirvo para você*, qualidades que são negativas e não se esperam de um bom partido.

A oração adversativa, por sua vez, pelo uso do operador **mas**, desencadeia um outro tipo de inferência derivada também de um raciocínio lógico. Em *Mas eu te amo*, temos: *Se eu te amo, esse amor é tido como o supremo bem*, capaz de redimir qualquer mal anterior.- *Logo, a conclusão é de que mereço seu amor*. A qualidade negativa: *não prestar é anulada assim pela força do amor redentor*.

Todo esse raciocínio está baseado no conhecido *topos* cristalizado socialmente: *Só o amor constrói, O amor é mais forte que tudo*, essa idéia já se tornou um lugar comum em nossa sociedade ocidental. Esse tipo de inferência é tido como lógico, constrói-se sob a forma de raciocínio silogístico; assim se declaram válidos outros valores sociais reconhecidos e aceitos também como se “*verdade fossem*”. Em uma outra sociedade que não valoriza, por exemplo, o amor entre os casais, como nos casamentos arranjados por interesse, podem soar falsas todas essas asserções.

Eis que chegamos ao ponto fundamental deste trabalho. O raciocínio advindo de crenças e valores ou derivados de nossas experiências de mundo, portanto de base empírica, é tão válido quanto o lógico referencial, baseado nas relações de causa e efeito, de cunho demonstrativo ou racional. Portanto toda conclusão de cunho sociointeracional, que é trazida pelo senso comum, o chamado conhecimento de mundo, não necessita ser *lógica*, no sentido matemático e estrito do termo, mas precisa apenas ser aceita como válida para ser tida como *verdadeira*. O raciocínio em questão é fruto de um raciocínio apoiado em um *topos* social, que está presente traduzido nas expressões rotineiras: ***O amor constrói, o amor tudo vence, o amor pode tudo***. Essas verdades estão baseadas em tantas outras formas de pensamento, cristalizadas em provérbios, anexins e ditos populares: *Só o amor importa*; ou *quem ri por último, ri melhor, água mole em pedra duras...* etc.

No exemplo dado, o componente retórico argumentativo que também está indicado nas marcas comparativa e superlativa do conectivo **mas**, é capaz de instaurar no enunciado o tema principal do discurso. Portanto é essa marca de preferência que vai indicar qual é o argumento maior e válido a ser considerado para o texto. “*Mas eu te amo*” torna-se, portanto, o argumento mais importante aponta para a conclusão defendida, com base em conclusões advindas de pressupostos e subentendidos.

Esse raciocínio expresso na relação das orações coordenadas adversativas, é o mesmo que ocorre, por exemplo, em outras relações coordenativas, como, por exemplo, as expressas nas ligações feitas pelas coordenadas explicativas.

Vejamos um caso: na seguinte afirmativa: *Ele não está em casa, pois o carro não está na garagem*, - conclui-se que sempre que *ele estiver em casa, seu carro deverá estar na garagem*. Nesse argumento não se está admitindo, por exemplo, que o carro possa ter sido roubado, ou que esteja na oficina, ou que ele o tenha vendido. O raciocínio é inferido pelo *hábito*, pelo costume e o que é crença admitida - ou hábito reconhecido - é aceito como válido, verdadeiro e *lógico*, portanto. Aqui é preciso ressaltar sempre a importância do papel do componente contextual em que se dá o discurso, já que a operação inferencial liga-se sempre à situação de enunciação e aos “atores” da enunciação.

Portanto a operação que ocorre tanto no raciocínio coordenado adversativo como no explicativo resulta de duas operações de raciocínio implícito: uma de base lógica e outra que se assenta em *lugares/topoi*

retóricos e discursivos. Tais enunciados estabelecem um tipo de relação diferente do que ocorre, por exemplo, na operação lógica de uma subordinada causal ou de uma condicional.

Essa pode ser considerada a principal diferença de sentido entre as orações subordinadas causais e as coordenadas explicativas, cuja comparação veremos na análise dos exemplos dados. Nos dois enunciados, a seguir: *Morreu porque tomou veneno*, raciocínio implícito lógico: *Se tomar veneno, morrerá*; já em: *Choveu porque o chão está molhado*, há uma inferência discursiva de que a chuva molhou o chão. Neste caso, estou concluindo algo baseado em uma experiência visual e o meu argumento deve estar a serviço da justificativa de minha asserção; com base em uma conclusão que aponta para o fato de que choveu: *afirmo que choveu e explico o motivo*, de minha asserção com o argumento explicativo/descritivo da água da chuva.

Tais conclusões tão corriqueiras na linguagem do dia-a-dia permitem incluir na caracterização semântico-descritiva dos enunciados, além do componente inferencial lógico, certas indicações referentes também à orientação argumentativa ou retórica presente nos enunciados, o que nos permite concluir que, em uma descrição semântico-pragmática dos enunciados de uma língua, concorrem três cálculos:

1- a cada enunciado, o conteúdo é dotado de um ato ilocucional, mas de base informativa que se apóia em fenômenos inferenciais de cunho lógico/demonstrativo;

2- além do ato de base informativa, acrescenta-se que outros fenômenos fazem intervir operadores retóricos, cuja interpretação será o fundamento dos fatos discursivos.

3- um terceiro cálculo prevê a orientação de um sentido para o enunciado, que é dado por um raciocínio com força argumentativa.

Uma análise, puramente lógica, especifica apenas a existência do conteúdo verifuncional mas não sua natureza retórica, que é de valor argumentativo-discursivo.

Assim, pode-se concluir que, nesses casos, não se opera apenas com a lógica, mas com outros raciocínios a que se denominam relações *argumentativo-discursivas*, relacionadas a fenômenos que devem ser descritos em um nível discursivo. Elas se relacionam a entidades abstratas que servem para representar o valor semântico-argumentativo dos enunciados, valor esse que opera em função de certas intenções argumentativas, detectadas no contexto interacional do discurso e na ação dos interagentes.

4. As implicaturas conversacionais

Entre os implícitos que não podem ser previstos apenas com base no sentido literal ou lógico-demonstrativo estão as implicaturas conversacionais de Grice. Para um trabalho de interpretação final da mensagem, esses implícitos só podem ser detectados por um trabalho de conjecturas feitas a partir de uma avaliação global da situação em que o ouvinte tenta recuperar as várias intenções do falante. São mensagens de um tipo de implícito indireto que obrigam o ouvinte, muitas vezes a uma indagação: *O que se quis dizer com isso? Até aonde ele quer chegar com essa afirmação?*

O caso mais típico dessas afirmativas indiretas foi explicitado por Grice (1978), por meio de uma ilustração com o conhecida história de **A**, um professor de Filosofia recém-formado, que querendo um emprego em uma conceituada universidade, pediu a um de seus antigos professores uma carta de recomendação endereçada a um diretor **C**. A carta continha o seguinte: “**A** tem excelente caligrafia e até hoje não foi preso”. Quando **C** lê a carta, conclui que **A** não deve ser aproveitado como professor naquela Instituição conceituada.

O que ocorreu? O que contribui para isso? Simplesmente houve desobediência a uma máxima, ou a uma lei do discurso, que diz: *-Seja relevante*. **A** contrariou essa regra, disse coisas não relevantes para a situação, o que levou o Outro a concluir que aquelas deveriam ser as únicas qualidades positivas, ou que ele estava querendo dizer algo mais, que extrapolasse a situação, e, de qualquer forma, o candidato não servia para a situação. Precisou-se transgredir uma máxima, para que o sentido aparentemente irrelevante, fosse reconstruído, pela *lei da relevância*. Ao se desobedecer a lei, o destinatário é obrigado a inferir um raciocínio inverso, ou seja, algo além do que está dito. Com no caso não importava a informação dada, pois era irrelevante, por analogia também todo o resto da informação ficou comprometido, o que fez derivar daí um *implícito conversacional*.

O filósofo americano Peter Grice admite assim que, numa interação, os interlocutores estão envolvidos em um processo de co-construção do sentido de uma mensagem. Ou seja, todo sentido é fruto de uma interação e construir juntos a comunicação depende da aplicação e obediência a algumas máximas conversacionais, que reduziu a quatro princípios.

As máximas da *quantidade*, da *qualidade*, da *relação* e do *modo*, ou seja: diga o que for *relevante* para a situação, o que *julga ser verdadeiro*; diga as coisas da *melhor* forma a ser bem entendido, isto é, evite

ser prolixo, confuso, rebuscado e só diga coisas que tenham *relação* com a situação, constituem a base de nosso raciocínio inferencial discursivo.

Temos no nosso dia a dia uma expressão bem caracterizadora desse processo: “*Caiu ou não caiu a ficha*”, - o que significa dizer que há situações em que a descoberta do real sentido vai depender da relação que se faz com a situação. É como se o sentido precisasse ser intuído por nós por meio de uma série de operações cognitivo-inferenciais, algumas de caráter lógico-lingüísticas e outras de base situacional ou discursiva.

5. Os implícitos e o processo inferencial de interpretação de texto

A noção de implícito subentendido é muito útil no processo de interpretação de textos. Fundamentalmente esse processo inferencial trata de uma proposição tirada a partir do sentido de outra proposição, que esteja baseada no contexto e que pode ser intuída, negociada ou simplesmente refutada pelo interpretante.

Assim, quando alguém chega atrasado a um compromisso e diz que demorou muito porque teve dificuldade em estacionar seu *carro BMW*, ou o seu *Mercedes*, em frente ao prédio, o ouvinte pode inferir que ele estava querendo se vangloriar e valorizar sua posição social, caso eles tenham vindo ali para tratar de negócios, por exemplo. Mas pode ser que essa pessoa negue todo esse raciocínio de seu interlocutor e se atenha apenas ao sentido literal de sua afirmação: teve muita dificuldade em estacionar seu carro, que é dessa marca. Há sempre, portanto, uma forma de escamotear o raciocínio *implícito por subentendidos*.

Uma filha, ao chegar de madrugada e ao ser inquirida pelo pai: “-*Sabe que horas são?*”, - pode tentar minimizar ou ignorar a reprimenda e se fazer de inocente “-*O carro do Carlinhos quebrou*”. Como se está observando, estamos diante de implícitos cujos sentidos dependem de interpretação das circunstâncias contextuais, feita pelos interlocutores em ação. Esses implícitos subentendidos são de ordem pragmática e demandam raciocínios inferenciais a partir da situação do discurso.

Um outro exemplo para demonstrar a possibilidade de se fazer a interpretação dos implícitos, com base em raciocínio inferencial discursivo, está patente em um texto em que há uma afirmação de Helga, conhecida personagem de tirinhas de jornal, publicadas em vários jornais.

Helga, mulher de Hagar, o terrível, conhecido personagem das histórias em quadrinhos, aconselha a filha sobre os relacionamentos entre homem e mulher. Sobre o tema “Homem ideal”, ela faz a seguinte constatação:

“- *O homem, depois da casado, pode ajudar nos afazeres domésticos, e também pode nevar no verão*”. Ora, para bom entendedor, Helga quer dizer que esse tipo de homem não existe, já que, por analogia, também não se costuma nevar no verão. Essa análise do texto toma por base um raciocínio lógico, mas é complementado por uma inferência de base contextual e discursiva, já que se conhece Hagar, o marido de Helga, como o preguiçoso viking, que, simplesmente, detesta qualquer tarefa caseira, está sempre se preocupando em assaltar castelos e em lutar contra inimigos, reais ou imaginários, como compete a um verdadeiro homem, mas sua mulher não o tem como um protótipo do homem ideal e daí seus conselhos à filha. Tal análise nos leva a concluir que para se ter o quadro interpretativo do sentido, os termos apenas apontam para uma determinada direção e o quadro situacional confirma ou não o raciocínio.

6. Conclusão

Para que se tenha um leitor mais eficiente, na interpretação dos diversos gêneros e tipos de texto, é preciso sensibilizá-lo para o fato de que todo sentido mesmo o literal, inclui informações implícitas em diferentes graus. Podem ser consideradas implícitas todas as informações veiculadas de forma que o falante não se comprometa diretamente com sua verdade. Essas conclusões são “inferidas” a partir dos enunciados ou da situação. Há os casos que incluem pressuposição e acarretamento e outros inferidos a partir de operações discursivas que dependem do contexto para se orientar o sentido. O ato de compreensão / interpretação desses enunciados envolve, portanto, diferentes processos, o que significa dizer que o leitor crítico deve estar atento não só às questões consideradas de ordem lógico-demonstrativa como também às outras de ordem retórica ou argumentativa e, portanto, valorativas, que podem ocorrer em diversos gêneros e tipos de discursos; todas essas operações trazem conseqüências para a construção do sentido.

7. Referências bibliográficas

- ANGELIM, R.C.C. (2003). Polifonia e implícito como recursos argumentativos em textos midiáticos. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (Org.) *Texto e discurso, mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna: 15-25.
- CHARAUDEAU, P. (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette.
- DUCROT, O. (1981). *Provar e dizer*. São Paulo, Global Editora.
- MOURA, Heronildes Maurílio de Melo (1998). Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. In: *Delta*. V. 14, n.1. São Paulo.
- PLATÃO SAVIOLLI, F. & FIORIN, J. L. (1997). *Para entender o texto*. São Paulo Ática.
- GRICE, P. (1978). Lógica e argumentação. In: DASCAL, M. *Pragmática*, v. IV. Campinas, Unicamp.
- KERBRAT-ORECCHIONNI, C. (1986). *L'implicite*. Paris, Armand Colin.
- MAINGUENEAU, D. (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, Cortez.
- PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (2005). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro, Lucerna.